



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmasspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

ATA 362 – 29/09/2022

1
2 Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, às quatorze horas e vinte minutos,
3 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet e
5 presencialmente na sala do CMAS, sob a convocação de seu presidente Armando Madalosso Vieira.
6 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros governamentais titulares**: Lucília do Rocio Lopes
7 Andrade e Karina Teresinha Muehlbauer (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG);
8 Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação) e Deborah Maria Diretrich Lechiu
9 (Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública). **Os conselheiros não governamentais**
10 **titulares**: Valquíria Verwiebe (Profissionais da Área de Assistência Social); Armando Madalosso
11 Vieira (Entidades de Proteção Social Básica) e Cleuci Mara Barbosa Martins (Usuários da Assistência
12 Social). **Os conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Lucélia de
13 Fátima Andrade (Fundação Municipal de Saúde). **Os conselheiros não governamentais suplentes**
14 **no exercício da titularidade**: Laerte Bittencourt Filho (Proteção Social de Média Complexidade) e
15 Francieli Ramos Padilha (Profissionais da Área de Assistência Social). Estiveram presentes os
16 seguintes convidados: Adrianis Galdino da Silva Junior (CEAS – PR); Priscila Pinheiro (Casa do Piá);
17 Marcia Grazielle Barbosa (Estagiária DPSE); Ana Cláudia Ribeiro (APAM); Edina Teresinha da Silva
18 (Instituto João XXIII); Margharida de Carvalho (GERAR); Tatiana de Paula Haddad (DGSUAS – NEP);
19 Lorena, Josete Ferreira (Lua Nova); Laís Ventura (ABC – Tio Barros); Margarete Ruppel; Luciane
20 Gonsalves. A secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo e agente administrativa Maria
21 Aparecida da Silva. A plenária contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta; 2-
22 Aprovação da ata nº 361; 3- Informes; 4- Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos: 4.1 –
23 Ofício Ministério Público, 4.2 – Formulários enviados aos serviços socioassistenciais, 4.3 – Visitas
24 institucionais; 5- Comissão de Acompanhamento do SUAS: 5.1 Análise Plano de Trabalho Emenda
25 Impositiva: Instituto João XXIII (2 de R\$ 30.000,00), Irmãos Cavanis (R\$ 40.000,00) e ABC Tio Barros
26 (R\$ 25.000,00), 5.2 – Aprovação Resolução nº 51/2022 – APROAUT, Senador Flávio Arns, valor R\$
27 50.000,00, 5.3 – Análise da Inclusão da criação da Casa da Mulher no Plano Municipal; 6 - Comissão
28 de Acompanhamento do Fundo: 6.1 – Análise da prestação de contas do 1º semestre dos recursos
29 estaduais, apresentados pelo DPSE e DPSB; 7- Comissão de Documentação e Cadastro de
30 Entidades: 7.1 – Análise documentos para manutenção. O presidente Sr. Armando iniciou a reunião,
31 após segunda chamada, cumprimentou a todos e passou a palavra para a secretária executiva Thais,
32 a mesma realizou a leitura da pauta para aprovação dos conselheiros, que foi aprovada, pois por ser
33 segunda chamada, não há possibilidade de inclusão de pauta. Como primeiro informe lembrou aos
34 conselheiros que tendo em vista a extinção da secretaria de governo, foi solicitado alteração da lei,
35 que o projeto de lei foi elaborado e está em trâmite. O segundo informe foi referente ao convite que o
36 conselho recebeu para participar da reunião descentralizada do CEAS/PR, que será realizada em Foz
37 do Iguaçu, nos dias 10 e 11 de novembro do corrente ano. O conselho pode enviar até três
38 participantes, sendo: um conselheiro da sociedade civil, preferencialmente usuário do SUAS, um
39 conselheiro governamental e o (a) secretário (a) executivo (a). Na sequência serão repassadas
40 maiores informações para que quem tiver interesse em participar possa passar o contato a fim de
41 realizarmos o processo para que a viagem aconteça. O terceiro informe foi sobre o ofício enviado ao
42 conselho solicitando dois representantes para compor Comissão Municipal de Socioeducação de
43 Ponta Grossa, sendo: um titular e um suplente. O próximo informe foi a respeito da manifestação de
44 repúdio do Conselho Nacional de Assistência Social, referente a diminuição de mais de 90% no
45 orçamento da assistência para o próximo ano. Esses cortes vêm acontecendo de forma gradual,
46 desde 2017, chegando agora para 2023 no patamar de 98,05%. O que é muito preocupante, enquanto
47 gestão, pois para o funcionamento de alguns serviços já está sendo recorrido a fonte 1000 a fim
48 financiar esses serviços. No ano de 2023 será necessário pensar em estratégias de como contornar
49 as dificuldades financeiras que virão. Esse documento foi enviado no grupo do whatsapp e juntamente
50 tem a projeção de atendimentos, os quais não diminuíram, o conselho precisa estar ciente e poder



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmasspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

51 pensar juntamente com a gestão em como resolver a situação. O informe seguinte foi sobre o decreto
52 do Ministério da Cidadania, referente a liberação para realização de empréstimos junto ao PAB. Sendo
53 esse mais um ponto preocupante, uma vez que as entidades financeiras lucrarão com isso, e
54 acarretará em um maior endividamento da população que usa esse recurso. O ouvinte Adrianis (que
55 também é conselheiro estadual) informou que o CEAS vai fazer uma nota e que o CONGEMAS
56 também já se manifestou. Informou ao conselho que são 33 milhões de pessoas abaixo da linha da
57 pobreza e da miséria, e entre 12 e 13 milhões dessas pessoas ficarão endividadas, com o agravante
58 de não ter garantia de renda para o futuro, haja vista que na LOA Federal do ano que vem não está
59 inserido o Auxílio Brasil. Saliou que esse decreto vem acompanhado de outro, ainda mais
60 preocupante que autoriza as instituições bancárias colocarem a penhora da casa dessas pessoas
61 para pagar os bancos. O CEAS está escrevendo uma nota e orientação para os municípios devido a
62 gravidade desses decretos e complementou dizendo que cabe o Ministério Público Federal a iniciativa
63 contra isso. O último informe foi referente a pauta solicitada pela Chefe de Divisão do Trabalho, do
64 departamento de Gestão do SUAS, Tatiana Haddad, via SEI, que solicitou trazer uma devolutiva e
65 relatório das capacitações para conselheiros. A Tatiana passou o relatório completo das capacitações
66 dos conselheiros, previstas no Plano de Educação Permanente, informando sobre a baixa adesão, o
67 número de participantes, sendo onze conselheiros, a secretária executiva e quatro participantes
68 externos, a quantidade de participantes com 75% de frequência, as quais foram as conselheiras
69 Lucília e Valquíria e a secretária executiva Thaís. Informou também que as avaliações foram positivas
70 apontando que a capacitação foi de qualidade, que atingiu o objetivo esperado e que o profissional
71 teve a qualificação necessária. Disse que, após a finalização do ciclo de capacitações, foi
72 disponibilizado um link para que todos os conselheiros preenchessem um formulário,
73 independentemente de terem participado dos encontros. Foram obtidas apenas nove respostas que
74 destacaram como aspectos positivos: a aquisição de informações, experiências compartilhadas pela
75 palestrante, exemplos de outros municípios e as trocas de experiências. E, como negativos: a
76 modalidade online, a proximidade entre os encontros, a baixa adesão dos conselheiros e o calendário
77 extenso da capacitação. Os fatores que inviabilizaram a participação foram a carga horária dos
78 encontros, a participação ocorrer no ambiente de trabalho em que ocorriam interferências, outros
79 compromissos e o calendário extenso. Como fatores que estimulariam, citaram: a redução da carga
80 horária, a disponibilização em redes sociais, a concentração das atividades em uma semana e/ou um
81 ou dois encontros a cada mês. E, como sugestões e apontamentos elencou-se diminuir a carga
82 horária e ter atividades presenciais. Ressaltou que apesar das muitas tentativas e estratégias para
83 atingir um número de participantes não se obteve êxito apesar de estar previsto no Art. 16 do
84 Regimento Interno do CMAS que a não participação de capacitações determinadas para o conselho,
85 seria um fator determinante para exclusão do conselheiro deste conselho. Colocou que o conselho
86 precisa pensar, para os próximos planos, em estratégias para que não haja gasto de dinheiro público
87 com atividades que não geram nenhum tipo de efetividade, pois é perceptível que o conselho está
88 desestimulado e não está tendo a participação social que deveria como um organismo de controle
89 social, pois o conselho não está disposto a participar nem sequer das atividades de qualificação
90 profissional que é ofertada para o CMAS. Por fim, sugeriu a contratação de supervisão técnica para
91 suporte tanto nas atividades das comissões, quanto nas plenárias. A conselheira Lucília
92 complementou colocando a questão da aplicabilidade, que se o órgão público gastou um recurso para
93 que o conselheiro fosse capacitado é dever do mesmo colocar o aprendizado no conselho. A lei diz
94 que o conselho é um órgão fiscalizatório, a NOB diz que ele fiscaliza e várias outras legislações o
95 colocam dessa forma também e não tem nem uma comissão de fiscalização. Sugeriu rever os nomes
96 das comissões, como por exemplo, a comissão de Normas e Fiscalização que o conselho não tem, e
97 foi mencionado pela palestrante. E também comentou sobre a assessoria para estar próxima as
98 comissões e poder dizer o que cada comissão deve fazer de acordo com a legislação. O ouvinte
99 Adrianis colocou que a questão do recurso público é apenas um dos problemas, enfatizou que deve
100 haver maior participação de todos os conselheiros, dando a devida importância ao controle social,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

101 pois o conselho está desidratado na sua participação orgânica. Existem conselheiros governamentais
102 que nunca participaram das reuniões e membros da sociedade civil que não sabem porque são
103 conselheiros. Colocou que todas as comissões devem ter caráter fiscalizatório e o conselho não pode
104 ser apenas protocolar, se assim for não é necessário nem fazer o plano de capacitação. O conselho
105 precisa ser um instrumento constitucional do controle social e da participação das pessoas, onde
106 todos precisam entender qual é o papel do conselho, o qual não é um mero mediador de recursos e
107 precisa discutir a política de assistência social. A Tatiana Haddad se colocou à disposição para
108 planejar os próximos passos enquanto Educação Permanente, sugerindo que o conselho pode
109 deliberar no Regimento Interno sobre uma capacitação antes da indicação e/ou eleição de novos
110 integrantes. Saliencia que é preciso ter qualificação para estar no conselho, não simplesmente atuar
111 para defender a própria entidade, mas sim defender a política de assistência social, fazer essa política
112 acontecer, essa é a finalidade do conselho. A conselheira Cleuci propôs a ter uma pauta específica
113 para esse assunto, explanou ao conselho que tem dois filhos especiais e que frequentam
114 respectivamente a APROAUT e APACD, que concorda com que a fala da Tatiana, fez apenas uma
115 ressalva, referindo-se à desmotivação dos conselheiros, sente que alguns estão no conselho por não
116 ter outra pessoa para ocupar esse lugar. Que o maior objetivo do conselho deveria ser o resgate da
117 motivação interna de cada conselheiro, senão as capacitações serão em vão. A secretaria executiva
118 Thais agradeceu a Tatiana Haddad pela explanação e colocou que o conselho pode pensar melhor
119 em relação a essa pauta. Próximo assunto da pauta foi o relato da Comissão de Monitoramento e
120 Avaliação de projetos. A conselheira Lucília iniciou informando que a comissão se reuniu no dia
121 09/09/2022 às 14 horas, estavam presentes, a Beatriz Ciriaco – coordenadora da Comissão, a própria
122 Lucília, como conselheira e a Thais – secretária executiva, um dos assuntos tratados foi referente ao
123 ofício nº 228 do Ministério Público, onde são solicitadas informações individualizadas das metas
124 alcançadas e as metas não alcançadas no PMAS 2018-2021 com análise quantitativa e solicitação
125 de análises complementares referentes ao repasse de emendas parlamentares no período de
126 2018/2021. Essas solicitações vieram acompanhadas do relatório da assistente social do Ministério
127 Público, Consuelo, detalhando todas as solicitações e informações. O encaminhamento dado pelo
128 conselho foi protocolar um SEI 74243/2022, solicitando informações aos departamentos de Proteção
129 Social Básica, Proteção Social Especial e de Gestão do SUAS. Com essas informações será realizada
130 a análise das metas alcançadas e não alcançadas, a fim de verificar se essas estão contempladas no
131 atual plano, e assim elaborar a resposta ao MP. A outra solicitação foi para o FMAS, questionando
132 sobre a devolução de recursos das Emendas Parlamentares nesse período também de 2018-2021.
133 Foi solicitado ao Fundo que já respondeu que não houve nenhuma devolução. A outra questão do MP
134 foi em relação a fiscalização e acompanhamento das entidades e dos equipamentos do órgão gestor.
135 As visitas foram iniciadas, contudo a comissão optou por outra estratégia, confeccionou um formulário,
136 pelo *google forms*, sendo um para os serviços governamentais e outro para os não governamentais,
137 os quais foram enviados para todas as unidades e entidades. Essa estratégia trouxe mais rapidez,
138 pois anteriormente o formulário estava sendo preenchido durante a visita, e agora a comissão já faz
139 a análise dos serviços realizados antes de efetuar a visita. No dia 22/09 foram realizadas duas visitas,
140 uma na Casa do Piá com o SCFV, onde foi efetuado contato com a assistente social Priscila, que
141 mostrou todos os ambientes e atividades que estavam sendo executadas. No momento da visita
142 contavam com 52 usuários, todos com atividades dirigidas pelos educadores e outros profissionais, a
143 comissão considerou a estrutura e a equipe adequadas para a execução desse serviço. A segunda
144 visita foi na APAM - Serviço de Acolhimento, onde foram recebidas pela assistente social Adriane e a
145 psicóloga Hellynn, as profissionais mostraram todos os ambientes e apresentaram as três
146 adolescentes acolhidas no momento, a estrutura e equipe também foram consideradas adequadas
147 para a execução do serviço. Relatou ainda que várias entidades já retornaram com os formulários, a
148 comissão vai continuar com as visitas e conforme estava combinado será um CRAS, um CREAS,
149 uma unidade de SCFV, assim se seguirão as visitas com base nos formulários já preenchidos.
150 Próximo assunto da pauta foi o relato da Comissão do SUAS, que está sem coordenador, assim sendo



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

151 a secretária Thais fez o relato. Iniciou informando que estão sendo enviadas emendas impositivas
152 para análise do conselho, foram recebidos os seguintes planos de trabalho: Instituto João XIII, com
153 duas emendas de R\$ 30.000,00; sendo uma do vereador Dr. Zeca e outra do vereador Felipe Passos.
154 A comissão realizou reunião para análise, da qual participou também a assistente social Edna, da
155 entidade, para esclarecimento de dúvidas em alguns itens. Serão adquiridos projetor multimídia,
156 impressora, notebook e uma pipoqueira, no valor total de R\$ 34.000,00 e a entidade entrará com uma
157 contrapartida, visando qualificar os atendimentos do serviço de convivência. A comissão entendeu
158 que está de acordo com o serviço e objetivo, e precisa da aprovação do pleno. Aprovado por
159 unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 59/2022**. O próximo projeto da mesma entidade é
160 emenda do vereador Felipe Passos, no valor de R\$ 30.000,00. Os objetivos são os mesmos, para
161 Serviço de Convivência e serão adquiridos os seguintes itens: fogão industrial, conservador
162 (refrigerador industrial) e um misturador de massa. A comissão entendeu que está de acordo com o
163 serviço e objetivo. Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 58/2022**. O próximo
164 plano de trabalho analisado foi da entidade ABC Tio Barros, que não tem Termo de Colaboração com
165 a FASPG, porém está inscrita no CMAS, como Serviço de Alta Complexidade, que acolhe mulheres
166 no serviço de república, inclusive a Corina Portugal utiliza muito o serviço do Tio Barros, quando
167 acontecem os desligamentos de mulheres que ficaram acolhidas e não tem como voltar a residir onde
168 estavam, e a entidade promove esse suporte. O projeto da entidade é de qualificação profissional e o
169 objetivo é comprar itens para a cozinha, como armários, fogão, freezer, geladeira, fogão profissional,
170 batedeira, liquidificador, panela e computadores. Ressaltou que os itens estão de acordo com o
171 serviço e objetivo, contudo se for necessário posteriormente excluir algum item não terá problema,
172 porque o mais importante é que estejam de acordo. Aprovado por unanimidade conforme
173 **Resolução/CMAS/nº 57/2022**. Na sequência foi apresentado o plano de trabalho da Casa do Menor
174 Irmãos Cavanis, a proposta da entidade é a instalação de um piso de borracha, com valor de R\$
175 40.000,00 e a entidade entrará com uma contrapartida de R\$ 17.550,00 para complementação. A
176 entidade executa Serviço de Convivência e atende até 200 crianças, e esse piso tem por objetivo
177 deixar mais seguro o playground para essas crianças. O parecer da comissão também foi favorável.
178 Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 56/2022**. Na continuidade passou para a
179 aprovação da Resolução nº 51/2022 *Ad Referendum* da APROAUT, emenda do senador Flávio Arns
180 no valor de R\$ 50.000,00, a qual foi aprovada pela comissão. Aprovado por unanimidade conforme
181 **Resolução/CMAS/nº 55/2022**. Aproveitou a oportunidade para apresentar a Tabela das Emendas
182 parlamentares recebidas pelas entidades desde o ano 2018. A ideia da tabela é facilitar a visualização
183 dos itens que foram solicitados em emendas anteriores, bem como as entidades que já receberam
184 emendas. A tabela será compartilhada no site, nesta tabela constam os recursos recebidos com
185 emendas de deputados e senadores, e ainda será elaborada a tabela com as Emendas Impositivas
186 Municipais. O último assunto dessa comissão foi referente a LOA, que estava sendo analisada, a
187 questão da inserção do CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher que está incluído na
188 Casa da Mulher, no Plano Municipal. Surgiram apontamentos de outros departamentos com interesse
189 de colocar mais metas que não foram incluídas, assim sendo a comissão optou por fazer o
190 levantamento com outros departamentos, pensando que o plano é passível de ser reavaliado. O
191 ouvinte Adrianis pediu a palavra e colocou que o CRAM não estava previsto, porque ele foi retirado
192 pelo CMAS quando aprovou o PMAS. A meta foi discutida e não havia nenhuma indicação da
193 assistência social sobre esse serviço, sendo essa uma decisão unicamente institucional do executivo
194 municipal. E o conselho retirou vários pontos do PMAS para que ele não ferisse os princípios e
195 diretrizes da assistência do qual esse município tem uma lei, a lei do SUAS. Inclusive tem que trazer
196 para o PMAS a regulação dos Benefícios Eventuais e outras questões que foram mudadas e o plano
197 não foi atualizado. Sugeriu que a proposta seja de fortalecimento de atendimento à mulher vítima a
198 partir dos CREAS. Complementa dizendo que hoje nem poderia ser aprovado, pois é matéria
199 qualificada e o regimento exige $\frac{2}{3}$ de conselheiros. Lembra que o conselho deliberou sobre o Plano
200 Municipal e que não pode ir contra sua própria decisão, e acredita que ainda que se faça esse



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

201 levantamento com os departamentos, acha que o PMAS não cabe mais muita coisa do que já tem,
202 porque tem que se executar o que se tem. Em seguida a conselheira Cleuci colocou que está perplexa
203 como conselheira e como mãe, que o Adrianis colocou sobre qual é o impacto social, a conselheira
204 afirmou que para ela não visualiza nenhum impacto, na APACD é só chegar e ver o que está
205 acontecendo, afirma também não estar falando mal da instituição, mas está pedindo pelas crianças
206 que estão em casa, pelas crianças que não tem uma enfermeira para fazer uma sonda. Próximo item
207 da pauta é o relato da Comissão de Acompanhamento do Fundo: 6.1 – Análise da prestação de contas
208 do 1º semestre dos recursos estaduais, apresentados pelo DPSE e DPSB, será necessário fazer uma
209 aprovação, e explicou aos conselheiros que foi aberto o sistema para prestação de contas dos
210 recursos estaduais, a data limite é 30 de outubro, contudo a plenária será realizada no dia 27 de
211 outubro, e as resoluções deverão estar prontas e publicadas em Diário Oficial para que possa ser
212 feita a inserção do sistema, por esta razão está adiantado para ter um tempo hábil. A conselheira
213 Karina iniciou explicando que a tabela contém o valor de referência de janeiro, o total
214 operacionalizado, considerando o valor pago, quanto foi recebido de recurso e o saldo em conta. Em
215 relação aos pisos contínuos da prestação de contas em relação ao primeiro semestre de 2022, o
216 primeiro recurso do PPAS II – Centro Pop, foi empenhado R\$ 31.041,47 em pagamento de aluguel, o
217 plano de providências prevê a aquisição de kit lanches e aluguel do Centro Pop. A Abordagem Social
218 em janeiro dispunha de R\$ 40.031,17, grande parte já foi executada no segundo semestre, o saldo
219 em agosto estava em R\$ 2.231,56 e o plano de providências indica a aquisição de kit lanches. O
220 Serviço de Acolhimento para Mulheres Vítimas, em janeiro contava com R\$ 42.674,49, foi executado
221 R\$ 19.009,45, e o saldo em conta é de R\$ 24.894,02. Contudo, o plano de providências aponta que
222 tem R\$ 16.727,24 de empenhos a pagar e R\$ 8.166,78 destinados para aquisição de equipamentos
223 como armário de pertences e televisões, já em processo licitatório. O PPAS V que faz parte dos
224 recursos transferidos a instituições, neste caso para Acolhimento de Pessoas em Situação de Rua –
225 Casa de Passagem, contava em janeiro com R\$ 52.342,52, recebeu um repasse no valor de R\$
226 30.000,00. O processo estava tramitando, contudo, houve algumas modificações e foi solicitado que
227 fosse feito um novo modelo de disposição processual. Assim sendo, os processos foram reiniciados
228 e serão refeitos com o novo valor de R\$ 84.798,20. Da mesma forma o Acolhimento Institucional para
229 Pessoas em Situação de Rua que é pactuado para o cofinanciamento de Abrigo Institucional e
230 República, o valor é de R\$ 77.708,36 e também está em trâmite para execução no segundo semestre.
231 O valor da Residência Inclusiva, houve o empenho em junho do primeiro semestre, porém o efetivo
232 pagamento aconteceu em julho e o outro repasse está em trâmite. São dois repasses um estadual e
233 outro federal. Uma entidade recebeu estadual e outra será do federal e no segundo semestre será
234 executado. O PPAS IV é um recurso que não tem plano de providência, pois o saldo é inferior a 30%.
235 Em janeiro o total do recurso era de R\$ 163.236,70, foi utilizado R\$ 117.529,01, restando em saldo
236 um valor de R\$ 59.601,58. Está sendo executado com o pagamento de material de consumo, STPJ,
237 Bolsa-Auxílio e material permanente. A secretária Thais informou que a Proteção Social Básica enviou
238 a prestação de Contas do Incentivo Covid-19, no entanto está zerado, foi apresentada na comissão
239 do Fundo. Foi um recurso pontual e será anexada no sistema. Na sequência passou para o informe
240 da Comissão de Documentação e Cadastro, que está recebendo os documentos para manutenção
241 dos serviços, nesse mês foram analisados das entidades Renascer, Geny Ribas e ESPRO e o parecer
242 da comissão foi favorável à renovação da inscrição. A comissão também discutiu sobre a dificuldade
243 de análise durante todo ano, pois fica confuso, pois as entidades devem apresentar o relatório de
244 2021, o plano de ação de 2022, e já estamos no final do ano. Antes da pandemia o prazo era 30 de
245 abril de cada ano. Espera-se que no próximo ano volte à normalidade e reforçou para que as entidades
246 não deixem para última hora. A conselheira Lucília sugeriu que conforme as entidades forem
247 entregando os documentos para manutenção das inscrições, a cada aprovação seja feita uma
248 resolução, individualmente e que os planos sejam anexados no site, para que quando a comissão de
249 monitoramento for realizar a fiscalização não precise se dirigir ao conselho para pedir o plano.
250 Informou que a gestão, segundo a Lei nº 13.019 tem que publicizar, e sugere que o conselho faça o



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmasspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

251 mesmo. O presidente senhor Armando antes de encerrar a reunião colocou três assuntos, iniciando
252 pela Unidade de Produção de Alimentos – UPA, que está desativada, em virtude um equipamento
253 estar danificado, o qual é muito antigo e não existe nenhuma empresa que se habilite em fazer o
254 conserto do mesmo. Assim sendo, estão estudando uma outra alternativa para poder atender tanto
255 os equipamentos da gestão, quanto a possibilidade de atender as entidades, pela dificuldade de
256 recuperação do equipamento. Tal assunto foi trazido até o presidente, enquanto conselho, e está
257 dando essa devolutiva que realmente não tem o que fazer na UPA e a FASPG está analisando uma
258 alternativa para atender. Outra questão é quanto as reuniões, como a secretária Thais sugeriu que
259 sejam realizadas presencialmente, pois houve muitas dificuldades para realização desta plenária, por
260 conta de equipamentos e ausência de conselheiros. Destacou que as discussões são mais produtivas
261 quando presencialmente e que foi realizada a tentativa de fazer híbrida, porém não está funcionando,
262 portanto, a partir de outubro o conselho retornará as reuniões exclusivamente presenciais. E como
263 outro assunto, se reportou as falas da Tatiana Haddad e do Adrianis quanto as atribuições do
264 conselho, dizendo que realmente temos uma falta de capacitação quanto ao desempenho das
265 próprias funções enquanto conselheiros, nem todos estão capacitados para executar a tarefa que
266 cabe. Dentro da equipe do conselho há muitas técnicas, principalmente as envolvidas na gestão que
267 conhecem do assunto e trazem para o conselho e por falta de conhecimento acabam acolhendo tudo
268 o que é dito. Embora tudo o que trazido esteja dentro da lei, os conselheiros precisam conhecer
269 também para que possa haver uma discussão e questionamento. Porque hoje nem se é questionado
270 por não saber. É necessário a participação efetiva de todos os conselheiros, é paritário, são
271 governamentais e não governamentais, se tivermos aqui apenas os governamentais, tudo o que for
272 trazido para o pleno será aprovado e depois a sociedade civil não poderá reclamar de nada. Os
273 conselheiros não governamentais, enquanto representantes da sociedade civil precisam estar
274 presente na reunião, pois os da gestão vem porque tem o compromisso profissional de estar na
275 reunião, foram designados por seus secretários para estarem presente, os não governamentais têm
276 a obrigação de participar por estarem representando a sociedade civil, fica assim a convocação para
277 que na próxima reunião estejam todos presente. A conselheira Lucília, aproveitou a oportunidade para
278 lembrar quanto a questão do quórum, que como provavelmente na próxima reunião será tratado do
279 Plano Municipal, o conselho precisa do quórum de $\frac{2}{3}$, como todas as reuniões estão sendo realizadas
280 em segunda convocação, tem matérias que não poderão ser aprovadas. A alteração de lei e o plano
281 municipal, por exemplo, precisam de $\frac{2}{3}$ de quórum. O presidente, senhor Armando, colocou que
282 precisa ser paritário. A conselheira Lucília esclareceu que o ideal seria, mas que no momento da
283 votação não existe essa exigência. A secretária Thais colocou sobre a questão dos conselheiros
284 faltosos, os governamentais, foi solicitado substituição, como por exemplo, os conselheiros da saúde,
285 que deu certo. Quanto aos da sociedade civil, precisa ver se tem alguma dificuldade, dos
286 trabalhadores por exemplo, temos agora os que participaram da eleição que podem substituir, caso
287 seja necessário. A Lucília colocou a questão do desligamento por falta. E o presidente senhor
288 Armando sugeriu que a partir de janeiro, se houver três faltas sem justificativa, o conselho poderá
289 pedir a substituição, porque o conselho não pode ficar à mercê de quem se comprometeu a vir, mas
290 não comparece às reuniões. A secretária executiva Thais anunciou que a pauta foi vencida e convidou
291 a todos, ouvintes e conselheiros para que compareçam presencialmente na próxima reunião e
292 agradeceu a presença de todos os que ficaram até o término da reunião. Esta ata foi transcrita e
293 redigida pela agente administrativa Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais
294 do Prado Dias Verillo, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

295 Thais do Prado Dias Verillo _____
296 CPF: 042.454.089-44
297 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____
298 CPF: 741.811.819-87
299 Karina Teresinha Muehlbauer _____
300 CPF: 039.183.429-05



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmasp@gmail.com Ponta Grossa – PR

- 301 Lucélia de Fátima Andrade _____
302 CPF: 960.451.679-53
303 Leni Aparecida Viana da Rocha _____
304 CPF: 319.665.009-04
305 Deborah Maria Diretrich Lechiu _____
306 CPF: 038.563.399-81
307 Laerte Bittencourt Filho _____
308 CPF: 442.362.639-04
309 Valquíria Verwiebe _____
310 CPF: 024.349.949-38
311 Francieli Ramos Padilha _____
312 CPF: 085.737.389-79
313 Armando Madalosso Vieira _____
314 CPF: 039.123.969-49
315 Cleuci Mara Barbosa Martins _____
316 CPF: 004.194.489-50